

# O NOVO PARADIGMA DA TRANSPARÊNCIA FINANCEIRA: AS NORMAS IFRS S1 E S2 COMO ALAVANCAS PARA A GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS E A CRIAÇÃO DE VALOR AGREGADO

## 1 INTRODUÇÃO

O cenário organizacional global testemunhou uma redefinição substancial nos requisitos governança, transparência e sustentabilidade, catalisada pelos padrões IFRS S1 & S2 para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade elaborada pela *International Sustainability Standards Board* (ISSB). Essa evolução, impulsionada por organismos normatizadores internacionais, busca harmonizar os reportes financeiros com o de sustentabilidade, estabelecendo um novo alicerce para a avaliação de valor e risco por investidores e *stakeholders*. A compreensão profunda desses novos padrões exige uma retrospectiva da própria evolução dos conceitos de sustentabilidade e investimentos socialmente responsáveis, desde suas origens multifacetadas, que remontam a séculos de conscientização social e ambiental, até a atual convergência entre desempenho financeiro, e sustentabilidade como propulsor de projetos resilientes, sustentáveis e rentáveis daquelas organizações listadas em Bolsa de Valores. Um dos pilares conceituais essenciais é, sem dúvida, o conceito de materialidade, que se desdobra em duas dimensões críticas: a financeira (*outside-in*), que analisa como fatores de sustentabilidade impactam a geração de valor da organização, e a de impacto (*inside-out*), que avalia as consequências das operações da organização sobre o ambiente e a sociedade. Embora padrões emergentes concentrem-se na materialidade financeira, a relevância da 'dupla materialidade' é inegável para um reporte abrangente, especialmente em face de regulações internacionais que a consagram como critério basilar. A estrutura de reporte, por exemplo, ancorada nos quatro pilares do *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD) - Governança, Estratégia, Gestão de Riscos e Métricas & Metas - oferece um roteiro sistemático. Essa abordagem detalha a identificação e evidenciação de riscos e oportunidades de sustentabilidade. Destaque para a complexidade técnica da mensuração de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), particularmente as de Escopo 3, oriundas da cadeia de valor, é um desafio mundialmente preponderante. Ferramentas como a análise de cenários climáticos se tornam imperativas, não apenas para o cumprimento regulatório, mas como instrumentos estratégicos para a avaliação da resiliência e a prospecção de impactos futuros sejam mensuráveis ou não. Essa transição ganha contornos específicos em economias emergentes, onde o engajamento regulatório pode posicionar mercados como o brasileiro na vanguarda global da transparência em sustentabilidade. A experiência de organizações locais e a interoperabilidade entre padrões internacionais existentes, como *Global Reporting Initiative* (GRI) e *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), tornam-se cruciais para otimizar os processos de reporte e mitigar a redundância de informações, transformando a complexidade em vantagem competitiva. A credibilidade intrínseca desses relatórios é assegurada pela verificação e assecuração externa. A conformidade com padrões de assecuração internacionalmente reconhecidos é vital para mitigar riscos de *greenwashing* e solidificar a confiança dos *stakeholders*. Em síntese, a conformidade com o IFRS S1 & S2, novo paradigma de reporte, não é meramente uma exigência regulatória; é um catalisador para uma gestão corporativa mais estratégica e resiliente. Esse contexto demanda uma reorientação da transparência, migrando de uma "aparência" para uma "integração" substancial, onde o valor corporativo é indissociável da responsabilidade socioambiental.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS NORMAS IFRS S1 & S2

As normas IFRS S1 & S2 são a padronização de divulgação de informações sustentáveis e financeiras, desenvolvidos pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB). Esses padrões visam preencher uma demanda dos investidores: fornecer uma estrutura para que as organizações divulguem informações relevantes sobre sustentabilidade e clima de forma consistente e comparável, possibilitando uma alocação de capital mais eficiente e informada. A gênese desses padrões reflete uma evolução histórica da conscientização socioambiental, desde iniciativas precursoras no século XVIII até marcos contemporâneos que culminaram na necessidade de uma linguagem universal para o reporte de sustentabilidade, integrando-o ao reporte financeiro.

### 3. PRINCIPAIS REQUISITOS DO IFRS S1

A norma IFRS S1 exige que as organizações divulguem informações sobre sua exposição a riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que possam afetar seu negócio como um todo, estando estruturada em quatro grandes pilares, a saber: governança, estratégia, gestão de riscos e métricas e metas. A norma S1 enfatiza uma 'apresentação adequada' (*fair presentation*), requerendo que as divulgações sejam resumidamente: completas, neutras e precisas. O conceito de materialidade é condição *sine qua non*, focando em informações que possuam temas que sejam riscos materiais ou oportunidades ao negócio e que possuam condições de influenciar decisões de investidores. Destaque para a extensão a cadeia de valor da organização, cujos impactos podem, como dito, gerar riscos e oportunidades financeiramente relevantes.

### 4. PRINCIPAIS REQUISITOS DOS IFRS S2

O IFRS S2 se concentra especificamente na divulgação de informações financeiras relacionadas ao clima, alinhando-se às recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) (IFRS, 2023). Exige que as organizações reportem sobre riscos físicos (agudos e crônicos) e de transição, bem como oportunidades climáticas. Um componente crucial é a divulgação detalhada das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) nos Escopos 1, 2 e 3, seguindo metodologias globais. A norma também determina a realização de análises de cenários climáticos para avaliar a resiliência estratégica da organização, permitindo uma compreensão aprofundada dos impactos potenciais sob diferentes trajetórias de aquecimento.

### 5. IMPACTO E IMPLEMENTAÇÃO DOS IFRS S1 E S2

A implementação das normas IFRS S1 e S2 acarreta implicações significativas para organizações, investidores e reguladores. Esses padrões têm o potencial de aprimorar a comparabilidade e a qualidade das informações sustentáveis e também relacionadas ao clima, facilitando a tomada de decisões mais informadas e a atração de investidores em potencial. No entanto, sua efetiva adoção demanda um alinhamento rigoroso com as áreas de controles internos, governança, sustentabilidade e financeiro, bem como a capacitação técnica destas equipes e, por último, mas não menos importante, uma abordagem integrada à gestão de informações que posteriormente se tornarão dados. A interoperabilidade com *frameworks* preexistentes, como GRI e SASB, é um fator crítico, permitindo às organizações otimizar seus esforços de reporte, bem como em atender as múltiplas exigências regulatórias e de mercado. A asseguração externa, por fim, emerge como um elemento indispensável para conferir credibilidade e confiança às informações divulgadas.

## 6. CONCLUSÃO

As normas IFRS S1 & S2 representa inequivocamente um avanço importante na direção de maior transparência e responsabilidade corporativa em relação às questões de sustentabilidade e mudanças climáticas. A adoção desses padrões é crucial para promover práticas de negócios mais sustentáveis e responsáveis, migrando de uma "sustentabilidade de aparência" para uma "sustentabilidade integrada".

## 7. REFERÊNCIAS

EY. **Understanding the ISSB Standards: A Guide to IFRS S1 and S2.** [S.l.]: EY, 2023.

IFRS. **IFRS S1: General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information.** [S.l.]: IFRS, 2023.

IFRS. **IFRS S2: Climate-related Disclosures.** [S.l.]: IFRS, 2023.

ISSB. **Introduction to the ISSB and its work.** [S.l.]: ISSB, 2022.

LOPES, A. B. **Sustentabilidade e Informação Financeira.** São Paulo: Atlas, 2022.